



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 58

TERÇA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	3273
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	3284
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	3284
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	3320
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	3353
EDITAIS E AVISOS.....	3356

## Supremo Tribunal Federal

### Plenário

ATA DA 8a. (OITAVA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1991

Presidência do Senhor Ministro Aldir Passarinho. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Célio Borja, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso e Marco Aurélio.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvares.

Secretário, Dr. Alberto Veronese Aguiar.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

#### ELEIÇÃO PARA MINISTRO EFETIVO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

O SR. MINISTRO ALDIR PASSARINHO (PRESIDENTE) - Comunico ao Tribunal que recebi ofício do Sr. Ministro Octavio Gallotti, Vice-Presidente em exercício na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, nestes termos:

"Senhor Presidente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os fins do artigo 119, item I, letra a, combinado com o artigo 121, § 2º, da Constituição Federal, a existência de uma vaga de Ministro Efetivo neste Tribunal, decorrente do afastamento do Excelentíssimo Senhor Ministro Sydney Sanches para assumir a Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal.

"Na oportunidade, apraz-me renovar a Vossa Excelência os protestos da mais alta estima e distinta consideração. Ministro Octavio Gallotti, Vice-Presidência no exercício da Presidência".

Vamos proceder à eleição para Ministro efetivo do egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

Designo escrutinador o Sr. Ministro Marco Aurélio.

(Procede-se a eleição e a contagem dos votos).

O SR. MINISTRO MARCO AURÉLIO - Sr. Presidente: Ministro Paulo Brossard - 10 votos; Ministro Sepúlveda Pertence - 1 voto.

O SR. MINISTRO ALDIR PASSARINHO (PRESIDENTE). - Declaro eleito para preencher a vaga de Ministro efetivo do egrégio Tribunal Superior Eleitoral o Sr. Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto.

### Julgamentos

#### ADIn 282-1 - MT - cautelar

Rel.: Min. Sydney Sanches. Reqte.: Governador do Estado de Mato Grosso (Adv.: Mayr Godoy). Reqda.: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 19.02.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 07.02.91.

Decisão: Nesta assentada o Tribunal: a) por unanimidade, não conheceu do pedido de liminar em relação ao art. 2º e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Mato Grosso; b) por unanimidade, indeferiu o pedido de liminar em relação ao art. 7º e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Mato Grosso; c) por maioria, vencidos os Srs. Ministros Sepúlveda Pertence, Paulo Brossard, Célio Borja e Néri da Silveira, deferiu o pedido de liminar em relação ao art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Mato Grosso; d) por maioria, vencidos os Srs. Ministros Relator, Carlos Velloso, Celso de Mello, Sepúlveda Pertence e Octavio Gallotti, indeferiu o pedido de liminar em relação ao art. 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Mato Grosso; e) por maioria, vencidos os Srs. Ministros Sepúlveda Pertence, Paulo Brossard e Néri da Silveira, deferiu o pedido de liminar em relação ao art. 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de Mato Grosso. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Célio Borja; f) por maioria, vencido o Sr. Ministro Celso de Mello, deferiu o pedido de liminar em relação ao inciso VIII do art. 66 da Constituição do Estado de Mato Grosso. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Célio Borja; g) por maioria, vencido o Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, deferiu o pedido de liminar em relação ao inciso I, do § 3º, do art. 139, da Constituição do Estado de Mato Grosso. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Célio Borja; h) por maioria, vencido o Sr. Ministro Sepúlveda Pertence, deferiu o pedido de liminar em relação ao inciso II, do § 3º, do art. 139, da Constituição do Estado de Mato Grosso. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Célio Borja; i) por maioria, vencidos os Srs. Ministros Carlos Velloso, Sepúlveda Pertence, Paulo Brossard e Néri da Silveira, deferiu o pedido de liminar em relação ao § 6º do art. 129, da Constituição do Estado de Mato Grosso. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Célio Borja. Em virtude do adiantado da hora, o julgamento foi adiado para próxima Sessão Plenária. Plenário, 15.03.91.

#### ADIn 433-6 - DF

Rel.: Min. Moreira Alves. Reqtes.: Federação Nacional das Associações de Servidores da Justiça do Trabalho e outros (Adv.: Ulisses Riedel, de Resende e outros). Reqdo.: Presidente da República.

Decisão: Após o voto do Ministro Relator que não conhecia da ação por falta de legitimidade ativa da Autora, pediu vista dos autos o Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 15.03.91.

Brasília, 20 de março de 1991.

ALBERTO VERONESE AGUIAR  
Secretário

### Primeira Turma

### Pauta de Julgamentos

PAUTA N. 05 - ELABORADA NOS TERMOS DO ART. 133 DO REGIMENTO INTERNO PARA JULGAMENTO A PARTIR DA PRÓXIMA SESSÃO, CONTENDO OS SEGUINTE PROCESSOS:

MS 0021254-3/160 DF  
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
Impte : MARIA DE JESUS ANTUNES RIBEIRO  
Adv. : ISAIAS ZELA FILHO e outros  
Impdo : PRESIDENTE DA REPUBLICA



RMS 0021258-6/162 DF  
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
 Recte. : SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ENSINO SUPLETIVO DE SÃO PAULO  
 Adv. : AULO VIDIGAL DE OLIVEIRA  
 Reco. : UNIAO FEDERAL  
 Recdo. : SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 Adv. : PAULO SERGIO RAMOS VERANO e outros  
 Adv. : TALLUBAH K. A. CARVALHO

RE 0116683-5/210  
 RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
 Recte. : ORLANDO GOMES e outros  
 Adv. : LUIZ ZVEITER  
 Adv. : HUGO MOSCA e outros  
 Recdo. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 Adv. : RENATO LIMA CHARNAUX SERTA

RE 0119113-9/210 DF  
 RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
 Recte. : MANOEL MARQUES CAMPELO  
 Adv. : FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO  
 Recdo. : ALMERINDA LIBORIO DE FREITAS  
 Adv. : ARACY FERREIRA DOS SANTOS

RE 0126681-3/210 RJ  
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
 Recte. : ANTONIO CARLOS ROMANO e outros  
 Adv. : LUIZ CARLOS LEITE GUIMARAES  
 Recdo. : JUÍZO DE DIREITO DA 1. VARA DE ORFÃOS E SUCESSOES DA CAPITAL

RE 0134275-7/210 SP  
 RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES  
 Recte. : ESTADO DE SÃO PAULO  
 Adv. : ERICK FREDERICO GRAMSTRUP  
 Recdo. : PERCÍCIO MARTINS DE ANDRADE e outros  
 Adv. : WALTER DELGALLÓ e outros

RE 0134491-1/210 SP  
 RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES  
 Recte. : ESTADO DE SÃO PAULO  
 Adv. : RENATO FRANCO DO AMARAL TORMIN e outros  
 Recdo. : ANTONIO MARQUES VEIGA e conjuge  
 Adv. : MAURO DELGALLÓ e outros

RE 0134590-0/210 SP  
 RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES  
 Recte. : ESTADO DE SÃO PAULO  
 Adv. : RENATO FRANCO DO AMARAL TORMIN  
 Recdo. : JOSÉ LUIS e conjuge  
 Adv. : DORIVAL SCARPIN e outros

RE 0134594-2/210 SP  
 RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES  
 Recte. : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
 Adv. : VERA LÚCIA S. TOSOLD  
 Recdo. : MARIO RAMOS DE FREITAS  
 Recdo. : ESPOLIO DE FRANCISCO DE PAULA PERUCHE e outro  
 Adv. : HALLER RAMOS DE FREITAS e outro  
 Adv. : OLIVIO AUGUSTO OLIVEIRA MARTINS

RE 0134715-5/210 SP  
 RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES  
 Recte. : ESTADO DE SÃO PAULO  
 Adv. : ELZA MASARREDA  
 Recdo. : ALICE BELINI HERRERA  
 Adv. : MARIA LÚCIA DOS SANTOS PETERS e outros

Brasília, 22 de março de 1991.

RICARDO DIAS DUARTE  
Secretário

## Segunda Turma

## Pauta de Julgamentos

PAUTA N. 7 - ELABORADA NOS TERMOS DO ART. 83 DO REGIMENTO INTERNO PARA JULGAMENTO A PARTIR DA PROXIMA SESSAO CONTENDO OS SEGUIN-  
TES PROCESSOS:

RE 0118046-3/210 SP  
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
 Recte. : ESTADO DE SÃO PAULO  
 Adv. : MAURICIO KATO e outros  
 Recdo. : ART. KAPOSO DE FARIA e outros  
 Adv. : JOAQUIM FRANCISCO ALVES e outros

RE 0118362-4/210 SP  
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
 Recte. : ESTADO DE SÃO PAULO  
 Adv. : GLAUCIA A. FERRAROLI CAZZANIGA  
 Recdo. : MALDONADO TUROLA e outros  
 Adv. : MOYSES FLORA AGOSTINHO

RE 0118568-6/210 SP  
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
 Recte. : ESTADO DE SÃO PAULO  
 Adv. : GLAUCIA AP. FERRAROLI CAZZANIGA e outros  
 Recdo. : JOSE FURTADO PISANI e outros  
 Adv. : CARMELITA N. G. TEIXEIRA DA SILVA e outros

Brasília, 22 de março de 1991

ALDEMIR DE MIRANDA MACHADO  
Secretário

## Departamento Judiciário

## Despachos

## PROCESSOS DIVERSOS

ADIN. Nº 465-4/600 - DF

Rqte.: Governador do Estado da Paraíba (Adv.: Carlos Pessoa de Aquino) Rqdos.: Governador do Estado da Paraíba e Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.

DESPACHO: De acordo com o art. 103, V, da Constituição Federal, o Governador de Estado possui legitimidade ativa a ação direta de inconstitucionalidade. Pela natureza dessa de manda, contra a lei ou ato normativo, em abstrato, o próprio Governador de Estado pode firmar a inicial. Será dispensável a procuração a advogado, se este for o Procurador-Geral do Es tado, e o Governador subscrever a inicial, juntamente com o Chefe da representação judicial do Estado, a teor do art. 132, da Constituição Federal.

2. Se por motivo especial houver, entretanto, o Governador de Estado, aos fins de ação direta de inconstitucionalida de, de buscar patrocínio de profissional do direito, fora do Quadro de Procuradores do Estado, cumprirá, então, constitua, na condição de Chefe do Poder Executivo, procurador, para re presentá-lo, perante o STF, no caso concreto.

3. Ora, na espécie, o signatário da inicial (fls. 7) é advogado constituído procurador do Dr. Ronaldo José da Cunha Lima, "advogado, com endereço profissional no Edifício Lagoa Center, sala 101, Centro, nesta Capital" (João Pessoa), "com amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad judicium, em qualquer Juízo, instância ou Tribunal", (...) "e especial mente para instaurar qualquer demanda na Justiça, assim como defender os interesses do Outorgante em qualquer instância ou Tribunal", na conformidade da Procuração de fls. 8. Acresce no tar que esse mandato, por instrumento particular, é de 08 de setembro de 1990, data anterior, inclusive, às eleições em que o Dr. Ronaldo José da Cunha Lima veio a eleger-se Governador do Estado da Paraíba. Não está, destarte, o signatário da peça vestibular com poderes conferidos pelo Governador do Estado, empossado a 15 do mês em curso, nem sequer o Chefe do Poder Executivo subscreve a inicial.

4. Do exposto, preliminarmente, em cinco dias, regulari ze o autor sua representação judicial nos presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 20 de março de 1991.  
Ministro NERI DA SILVEIRA  
Relator

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
 Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR  
 Fax: (061) 225-2046  
 CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO  
Diretor-GeralNELSON JORGE MONAIAR  
Diretor de Publicações de Órgãos OficiaisDIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I  
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder JudiciárioJOSE EDMAR GOMES  
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recadamento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
 Telefone: (061) 226-2586  
 Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.



RR-5954/90.2 - TRT da 15a. Região. Rcte: Banco Bradesco S/A (Adv. Fábio H. Silva) e Rcd: Albertina Helena Rehder Bergoc (Adv. Nelson T. de Mendonça Junior).

RR-11005/90.7 - TRT da 2a. Região. Rcte: David Salomão Homse Filho (Adv. Wilson de Oliveira) e Rcd: Casa Grande Hotel S/A (Adv. Narcizo de Andrade Neto).

RR-12942/90.1 - TRT da 12a. Região. Rcte: Banco do Estado de Santa Catarina S/A (Adv. Luiz Carlos Zomer Meira) e Rcd: Antonio Carlos Frarr (Adv. Nilson Francisco Stanaisack).

RR-12976/90.0 - TRT da 9a. Região. Rcte: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA (Adv. João Conceição e Silva) e Rcd: Waldir Soares (Adv. Nestor A. Malvezzi).

RR-14023/90.0 - TRT da 4a. Região. Rcte: Estado do Rio Grande do Sul (Adv. Dirceu José Sobben) e Rcd: Cassia Aparecida Campos (Adv. Gelson Rolim Stocker).

RR-20087/90.8 - TRT da 9a. Região. Rcte: Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná (Adv. Sandra Calabrese Simão) e Rcd: Danilo Empinoti (Adv. Valdyr Arnaldo Lessnau Perrinil).

RR-21319/91.1 - TRT da 2a. Região. Rcte: Ronaldo Agostinho Gomes Filho (Adv. Alino da Costa Monteiro) e Rcd: K. S. Pistões Ltda (Adv. Guido S. Junior).

Relator: SR. ROBERTO DELLA MANNA

RR-3709/86.2 - TRT da 1a. Região. Rcte: Banco Econômico de Investimentos S/A (Adv. J. M. de Souza Andrade) e Rcd: Dinamar Fátima Guimarães Souza (Adv. José Tórres das Neves).

RR-3308/88.0 - TRT da 5a. Região. Rctes: Belmiro Serra e Outros (Adv. Sid H. Riedel de Figueiredo) e Rcd: Rede Ferroviária Federal S/A (Adv. Aquiles Silva Dias).

RR-3671/89.4 - TRT da 4a. Região. Rcte: Holbra - Produtos Alimentícios e Participações Ltda (Adv. George Achutti) e Rcd: Maria Elizabeth Gerhardt Mazzochini (Adv. Vilson A. R. Bilhalva).

RR-1569/90.3 - TRT da 1a. Região. Rcte: Antonio Ignacio da Silveira (Adv. Carlos Artur Paulon) e Rcd: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE (Adv. Fernando Carlos F. Barcellos).

RR-2933/90.7 - TRT da 5a. Região. Rcte: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS (Adv. Cláudio A. F. Penna Fernandez e Ruy Jorge Caldas Pereira) e Rcd: Maria Diva Abreu Ribeiro (Adv. Rogério Ataíde Caldas Pinto).

RR-9574/90.6 - TRT da 4a. Região. Recte: Estado do Rio Grande do Sul (Proc. Flavio José Zanini) e Recdo: Elda Perigollo (Adv. Tarcisio Vendruscolo).

RR-14027/90.0 - TRT da 6a. Região. Recte: Fazendas Reunidas Santa Helena Ltda (Adv. José Pedro Soares Lira) e Recdo: Paulo Ferreira da Silva e Outro (Adv. Ulisses Borges de Resende).

RR-20533/91.6 - TRT da 4a. Região. Recte: Zero Hora - Editora Jornalística S/A (Adv. Edem Carqueira) e Recdo: Noe de Oliveira Moraes (Adv. Augusto C. G. Fernandes).

RR-21505/91.9 - TRT da 2a. Região. Recte: Nair Queiroz de Oliveira (Adv. Wilson de Oliveira) e Recdo: Viação Santos São Vicente Litoral Ltda (Adv. Hirleia Dias Quelha).

Relator: SR. MINISTRO MANOEL MENDES

AI-4220/88.7 - TRT da 4a. Região. Agte: Varig S/A - Viação Aérea Riograndense (Adv. Paulo Serra) e Agdo: Waldemar Ferreira da Cunha (Adv. Carlos B. Proença).

RR-1434/88.1 - TRT da 2a. Região. Recte: Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e João de Souza Brito (Adv. Marcelo A. P. Guimarães e Akino da Costa Monteiro) e Recdos: Os Mesmos.

RR-313/89.3 - TRT da 14a. Região. Recte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - Bradesco (Adv. Leme B. Lemos) e Recdo: Silvano Alves Cunha (Adv. José Vander de Souza).

RR-5233/89.9 - TRT da 1a. Região. Recte: Cia. Siderúrgica Nacional (Adv. Eduardo de Alencar Studart) e Recdo: Ary Pires Bastos (Adv. Carlos André R. de Castro).

RR-2297/90.0 - TRT da 2a. Região. Recte: Ital Taxi e Turismo Ltda (Adv. Milton Francisco Tedesco) e Recdo: Orlando Perez (Adv. Luiz Carlos Pacheco).

RR-3640/90.0 - TRT da 2a. Região. Recte: Cleber Ferreira da Cunha (Adv. Odair Augusto Nista) e Recdo: Ferrovia Paulista S/A - Fepasa (Adv. Osvaldo F. da Silva).

RR-17535/90.5 - TRT da 6a. Região. Recte: Usina União e Indústria S/A (Adv. Sevelo Félix de O. Barros) e Recdo: Manoel Gomes da Silva (Adv. José Carlos S. de Assunção).

RR-19741/90.3 - TRT da 2a. Região. Recte: Paulo Rogério dos Santos (Adv. José Torres das Neves) e Recdo: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv. Ricardo Massariolo de Almeida).

RR-20695/91.5 - TRT da 15a. Região. Recte: Fazenda Pública do Estado de São Paulo (Proc. Roberto Mortari Cardilho) e Recdo: Álvaro Sales Nogueira.

RR-20786/91.4 - TRT da 1a. Região. Recte: Light - Serviços de Eletricidade S/A (Adv. Fábio Gusmão Baptista) e Recdo: Saturnino Cordeiro (Adv. Alino da Costa Monteiro).

RR-22128/91.3 - TRT da 2a. Região. Recte: Ferrovia Paulista S/A - Fepasa (Adv. Evelyn M. de O. Santos) e Recdo: Aparecido de Manpra e Outro.

Brasília, 22 de março de 1991.

MARIA ALDAH ILHA DE OLIVEIRA

Diretora da Secretaria da Turma em exercício

## Quarta Turma

ADITAMENTO A QUINTA DISTRIBUIÇÃO  
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1991

RELATOR EXM<sup>a</sup>. SR. MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA

RR-22.263/91.5, TRT 3ª Região, sendo recorrente Divinal Distribuidora de Vidros Nacional S/A (Adv. Dr. Mauro Thibau da Silva Almeida) e recorrido Geraldo Ramos de Lima (Adv. Dr. Antônio Alves Arcebispo)

Brasília, 21 de março de 1.991

MÁRCIO ANTERO DE CARVALHO  
Diretor da Secretaria da Turma

## Quinta Turma

RR-22768/91.7

Recorrente: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A.

Advogado: Dr. Robinson Neves Filho

Recorrido: ARNALDO RAMOS DA SILVA

Advogado: Dr. Jacques Alberto de Oliveira

### DESPACHO

Inconformado com as decisões do Eg. Regional do Trabalho da 10ª Região, que entenderam ser o reclamante merecedor do adicional das horas extras e sua integração, a se apurar em liquidação, seguindo os cartões de ponto (fls. 101/103); o reclamado interpõe recurso de revista às fls. 118/124 colacionando jurisprudência e alegando violação ao art. 818 da CLT.

O recurso, entretanto, não merece conhecimento, vez que foi interposto extemporaneamente. Isto porque, o acórdão regional de fls. 101/103 foi publicado no órgão oficial do dia 15.06.90, sexta-feira (fls. 104), sobrevivendo embargos declaratórios, no dia 18.06.90, segunda-feira (fls. 105). Publicado a decisão de embargos declaratórios em 03.08.90, sexta-feira (fls. 117), o prazo para interposição do recurso de revista começou a fluir em 06.08.90 - segunda-feira e findou-se em 13.08.90 - (segunda-feira). Apresentado o apelo em 17.08.90, sexta-feira (fls. 118/124), tal aconteceu intempestivamente, razão porque LHE NEGO SEGUIMENTO com base no artigo 896, § 5º, parte final da Consolidação das Leis de Trabalho, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 12, da Lei 7.701/88.

Intime-se.

Brasília, 21 de março de 1991.

MINISTRO NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA  
Relator

## Superior Tribunal Militar

### Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

HABEAS CORPUS Nº 32.715-0/PR

Paciente : MARCELO TEIXEIRA CENOVICZ, civil  
Impetrantes: Drs. Milton Carlos Cenovicz e Osmann de Oliveira.

### DESPACHO

"Alegam os Impetrantes que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal por parte dos Comandantes da 5ª Região Militar e do 63º Batalhão de Infantaria, onde se encontrava preso, requerendo, liminarmente, a concessão da Ordem para que o mesmo seja imediatamente posto em liberdade.

Recebidos os autos, determinei fossem solicitadas informações às autoridades apontadas como coatoras (fls. 05 e 36).

As fls 07/35, Ofício do Exm<sup>a</sup> Sr Comandante da 5ª RM, anexo ao qual foram encaminhadas cópias autenticadas de toda a documentação relativa à prestação do Serviço Militar Inicial do ora Paciente, onde se constata que o Civil MARCELO TEIXEIRA CENOVICZ é médico e fora designado para incorporação no 63º BI (Florianópolis-SC), em cuja Unidade deveria se apresentar até o dia 30 de janeiro de 1991, devendo servir na 2ª Fase do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS/91), no Hospital de Guarnição de Florianópolis, uma vez que estava com sua incorporação adiada desde o ano de 1983, tendo concluído a Residência Médica (oftalmologia), em 1990.

As fls 37, TELEX do Cmt do 63º BI, informando que o Paciente em nenhum momento esteve preso, como alegava os Impetrantes. Esclareceu, ainda, que o Médico MARCELO TEIXEIRA CENOVICZ havia consumado o Crime de Insubmissão previsto no artigo 183, do Código Penal Militar. Ao se apresentar, voluntariamente, no dia 18 de fevereiro, próximo passado, ficou impedido de sair, tendo o quartel por manguem, na forma do artigo 464, do Código de Processo Penal Militar.



As fls 41, Termo de Insumissão e, às fls 43, cópia da Ata de Inspeção de Saúde a que foi submetido o Insumissão para fins de incorporação, datada de 20/02/91, tendo a Junta de Inspeção de Saúde da Guarnição de Florianópolis, proferido o seguinte resultado:

"DIAGNÓSTICO: ASTIGMATISMO HIPERMETROPICO COM AMBLIOPIA POR ANISOMETROPIA. COMPATÍVEL COM O SERVIÇO DO EXÉRCITO. PARECER: APTO PARA O SERVIÇO DO EXÉRCITO".

O ora Paciente, não se conformando com o Parecer da Junta que o considerou "apto" para fins de incorporação, requereu ao Exmº Sr Cmt da 5ª RM fosse submetido a "um exame de saúde oftalmológico, tendo em vista ser portador de patologia ocular, a fim de se verificar a possibilidade, ou não, de prestar o referido serviço militar". Referido requerimento foi indeferido pelo Cmt da 5ª RM por contrariar o § 1º do artigo 52 da Portaria 024-DGS, de 16 Out 86, alterada pela Portaria 16-DGS, de 30 Ago 90 (fls 20).

Com base nessas informações e restando comprovado que o Civil MARCELO TEIXEIRA GENOVICZ havia consumado o Crime de Insumissão, por Despacho de fls 71/73, INDEFERIU a Liminar requerida, por estar ausente, em favor do Paciente, o "FUMUS BONI JURIS".

As fls 77, TELEX do Cmt do 63º BI, informando que o Paciente havia sido submetido a nova inspeção de saúde, em grau de recurso, pela Junta de Inspeção de Saúde do Hospital-Geral de Curitiba, sendo, desta feita, julgado "INCAPAZ DEFINITIVAMENTE PARA O SERVIÇO DO EXÉRCITO". em 1º de março, próximo passado, foi o Paciente posto em liberdade.

Por solicitação deste Relator, foi anexado aos autos a cópia da Ata de Inspeção de Saúde de fls 81, datada de 1º de março, último, tendo ficado constatado que a Junta de Inspeção de Saúde de Recursos da 5ª Região Militar, inspecionando o Paciente, exarou o seguinte resultado:

"DIAGNÓSTICO: HIPERMETROPIA + ASTIGMATISMO EM AO + AMBLIOPIA POR ANISOMETROPIA (SUPRESSIVA) EM OE + PERDA DO REFLEXO MACULAR. AV-S/C: OD=20/30, OE=20/400; C/C: OD=20/20, OE=20/80. PARECER: INCAPAZ "C" POR INSUFICIÊNCIA FÍSICA PARA O SERVIÇO MILITAR. PODE EXERCER ATIVIDADES CÍVIS A DOENÇA PREEXISTIA À DATA DA INCORPORAÇÃO. A INCAPACIDADE DECORRE DO DIAGNÓSTICO 368. O AMBLIOPIA POR ANISOMETROPIA".

As fls 85, Decisão do Conselho de Justiça do 63º Batalhão de Infantaria, datada de 08/03/91, considerando o Insumissão MARCELO TEIXEIRA GENOVICZ "ISENTO DO PROCESSO E DA INCLUSÃO", de acordo com o artigo 464 do CPPM determinando, em consequência, o arquivamento da documentação relativa à insumissão, já estando o Paciente em liberdade.

#### EX POSITIS

1. JULGO prejudicado o presente "Habeas Corpus", por manifesta perda de objeto, com fulcro no artigo 18, inciso V, do Regimento Interno desta Corte.

2. P. R. C.

3. Arquivem-se os autos.

Brasília, 18 de março de 1991

MINISTRO TEN BRIG DO AR CHERUBIM ROSA FILHO  
Relator

### Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 13ª SESSÃO, EM 14 DE MARÇO DE 1991 - QUINTA-FEIRA  
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO  
PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR MILTON MENEZES DA COSTA FILHO  
SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO: DRª SUELY MATTOS DE ALENCAR

Compareceram os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Roberto Andersen Cavalcanti, Paulo César Cataldo, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Haroldo Erichsen da Fonseca, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira e Eduardo Pires Gonçalves.

Às 13:30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Lida e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os seguintes processos:

- RECURSO CRIMINAL 5.964-0 - Paraná. Relator Ministro Jorge José de Carvalho. RECORRENTE: SEBASTIÃO RIBEIRO SOBRINHO, civil. RECORRIDA: A Sentença do Exmº Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 5ª CJM, de 11 de maio de 1990, na parte em que negou ao recorrente a extinção da punibilidade pela prescrição. Adv Dr Glei Roberto Vilela. - POR MAIORIA, foi negado provimento ao recurso. Os Ministros GEORGE BELHAM DA MOTTA, PAULO CÉSAR CATALDO, ALDO FAGUNDES, HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA e ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA julgavam prejudicado o recurso, desde que a decisão recorrida, tanto quanto a monocrática adequação de pena que a motivava, desautorizada ficou por este Superior Tribunal, em Acórdão de 12 de março de 1991, ao prover a Apelação nº 46.250-3 (PR), do MPM, e adequar a pena em quantum que torna despidendo indagar sobre reincidência, no caso. O Ministro ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES fará declaração de voto.

- CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO 148-5 - Distrito Federal. Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. O Excelentíssimo Sr Ministro de Estado da Aeronáutica, em cumprimento ao disposto no artigo 13, inciso V, alínea "a", e artigo 14, ambos da Lei 5.836/72, encaminha os autos do Conselho de Justificação a que foi submetido o Capitão R/R Aer NELSON BARRA NOVA. Adv Dr Monclar Rocha Bastos. (SESSÃO SECRETA). - POR UNANIMIDADE, não foi conhecido o presente Conselho de Justificação, POR MAIORIA, por incompetência do STM

para apreciá-lo, determinando a remessa dos autos ao Exmº Sr Ministro de Estado da Aeronáutica para as providências que S Exª julgar cabíveis ao caso. O Ministro EVERALDO DE OLIVEIRA REIS não conhecia do feito por não considerar o Conselho de Justificação instrumento capaz para o que se pleiteia. (OS MINISTROS HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA E CHERUBIM ROSA FILHO NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALDO FAGUNDES, VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE).

- APELAÇÃO 46.265-1 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 20 de setembro de 1990, que absolveu o Sd Ex ALEXANDRO GONÇALVES DINIZ, do crime previsto no artigo 209, combinado com o artigo 70, inciso II, alínea "1", ambos do CPM. Advªs Clarice do Nascimento Costa e Eleonora Salles de Campos Borges. POR MAIORIA, foi negado provimento ao apelo para manter a Sentença recorrida. Os Ministros ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, PAULO CÉSAR CATALDO, LUIZ LEAL FERREIRA e JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, davam provimento ao recurso, para condenar o apelado a dois meses de prisão, como incurso no artigo 210, combinado com o artigo 45 do CPM, com o benefício do "sursis" por dois anos. (O MINISTRO CHERUBIM ROSA FILHO NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO). (O MINISTRO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALDO FAGUNDES, VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE).

- PETIÇÃO 426-9 - Distrito Federal. Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. PETICIONÁRIO: DR CÉLIO DE JESUS LOBÃO FERREIRA, Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar. (SESSÃO SECRETA). (O MINISTRO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALDO FAGUNDES, VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE).

A Sessão foi encerrada às 18:30 horas.

#### Processos em mesa:

Apelação 46.268-8 (LL/ST) 1ª Mar proc 522/90-2 Advª Carmen L.A. Montesinos  
Apelação 45.976-6(RA/AF) Aud 5ª proc 020/88-1 Advª Renato Grein/outras  
Apelação 46.236-8(LL/AF) Aud 12ª proc 1/90-5 Adv João T. Luchsinger  
Apelação 46.245-7(EG/LL) 2ª Mar proc 16/89-4 Advª Tania S. Nascimento  
Apelação 46.271-6(LL/PC) 2ª Mar proc 16/90-8 Advª Tania S. Nascimento  
Apelação 46.131-0(ER/ST) Aud 4ª proc 7/89-5 Advª Célio N.S. Fassheber  
Apelação 44.232-4(RA/AF) Aud 9ª proc 9/83-0 Adv Jorge A. Siufi  
Apelação 45.966-9(RA/ST) 2ª Mar proc 8/89-1 Adv Alfredo A.G. e Palma  
Apelação 46.267-0(ER/AF) Aud 12ª proc 3/79-0 Adv João T. Luchsinger  
Apelação 46.277-7(LL/AN) 2ª/2ª proc 506/90-6 Adv Paulo R. Godoy  
Apelação 46.292-9(LL/ST) Aud 5ª proc 4/90-8 Adv Edgar L. Santos  
Apelação 46.247-5(PC/ER) 2ª Mar proc 10/90-0 Advª Tania S. Nascimento

#### Aguardando decurso de prazo:

Recurso Criminal 5.976-3(GB) Aud 5ª proc 057/90  
Apelação 46.231-7(RF/EG) 1ª/3ª proc 011/89-0 Advª Nadja M.G. Rodrigues  
Apelação 46.276-7(ST/WL) 2ª Ex proc 6/90-9 Advª Teresa S. Moreira  
Recurso Criminal 5.969-2(AF) 1ª Aer Advª Janete Z. Ricci  
Recurso Criminal 5.971-2(EG) Aud 5ª  
Apelação 46.253-8(ST/RA) 3ª/1ª proc 3/90- Advªs Ozivaldo Lopes e outro  
Apelação 46.230-0(JC/EG) 1ª/2ª proc 503/90-9 Adv Arivaldo B. Cambráia  
Apelação 45.741-0(RA/AF) 1ª Ex proc 29/88-9 Advª Elias R. Costa e outros  
Apelação 46.282-1(WL/EG) Aud 10ª proc 6/89-8 Adv Antonio J.P. Rosa  
Representação 1.066-8(RA) Aud 5ª  
Questão Administrativa 244-5(WL)-DF  
Recurso Criminal 5.972-0(AF) 1ª Mar proc 5/90-8 Advª Adelcy M.R.S. Correa

#### Aguardando publicação:

Recurso Criminal 5.974-0(RF) 2ª/2ª proc 509/90-5 Adv Octávio D.M. e Barros  
Apelação 46.223-6(GB/PC) Aud 7ª proc 03/90-8 Advª Ivone C. de Carvalho

SUELY MATTOS ALENCAR  
Secretária da Turma

ATA DA 14ª SESSÃO, EM 21 DE MARÇO DE 1991 - QUINTA-FEIRA  
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Roberto Andersen Cavalcanti, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira e Eduardo Pires Gonçalves.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suelly Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- HABEAS-CORPUS 32.721-5 - RJ - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. PACIENTE: JULIO CÉSAR PAULA DA SILVA, MN, condenado por Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, a internação em estabelecimento psiquiátrico em regime fechado, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja posto em liberdade. Impetrante: Drª Tania Sardinha Nascimento. - POR UNANIMIDADE, foi concedida a ordem, com fulcro no artigo 467, letra "e", do CPPM, a fim de que o Paciente seja, imediatamente, posto em liberdade, passando a responder pelo processo de Apelação.

- HABEAS-CORPUS 32.717-7 - RJ - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. PACIENTES: ANTONIO BRAGA DE VASCONCELOS e JOSÉ REINALDO FRANCO, 1ªs Sgts Mar, respondendo a processo perante a 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, alegando estarem sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pedem a concessão da ordem para que seja trançada a ação penal com relação as suas pessoas, por falta de justa causa. Impetrante: Dr Agostinho Campos. - POR MAIORIA, foi denegada a ordem por falta de amparo legal. O Ministro LUIZ LEAL FERREIRA concedia a ordem.



- **HABEAS-CORPUS 32.719-3 - PA** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. **PACIENTE:** PASCOAL PAES MENDES, Sd Ex, preso, respondendo a processo perante a Auditoria da 8ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede a concessão da ordem para que seja posto em liberdade. Impetrante: Dr Americo Lins da Silva Leal. **-POR MAIORIA**, foi concedida a ordem, para que o Paciente seja, imediatamente, posto em liberdade, se por aí não estiver preso, expedindo-se o competente alvará de soltura. O Ministro ÉVERALDO DE OLIVEIRA REIS negava a ordem, com fundamento no artigo 255, letra "e", c/c o art 256, do CPPM.

- **HABEAS-CORPUS 32.701-0 - RJ** - Relator Ministro Paulo César Cataldo. **PACIENTE:** CLAUDIO ANTONIO GUERRA, civil, preso, preventivamente à disposição da Exmª Srª Juíza-Auditora da 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja posto em liberdade. Impetrantes: Drs Marcos Antonio Leite de Siqueira e José da Niz. Siqueira do Nascimento. **- POR UNANIMIDADE**, foi referendada a decisão da Presidência que julgou prejudicado, por perda de objeto, o pedido liminar, deferindo em parte o writ para reconhecer extinta a pretensão punitiva, pela prescrição, relativa e tão-somente ao crime de ameaça (art 223 do CPM) e denegando a ordem quanto aos demais fundamentos, por falta de amparo legal.

- **RECURSO CRIMINAL 5.969-2 - RJ** - Relator Ministro Aldo Fagundes. **RECORRENTE:** MAMORU MAEDA, civil. **RECORRIDO:** O Despacho do Exmª Sr Juiz-Auditor da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, de 09/11/90, que indeferiu pedido de extinção da pena privativa de liberdade imposta ao recorrente, bem como o recolhimento do mandado de prisão, expedido contra o mesmo. Advª Dra Janete Zdanowski Ricci. **- POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao recurso para cassar o r. despacho hostilizado, com fulcro no artigo 638, do CPPM. (O MINISTRO GEORGE BELHAM DA MOTTA NÃO ASSISTIU AO RELATÓRIO). (O MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- **RECURSO CRIMINAL 5.976-3 - PR** - Relator Ministro George Belham da Motta. **RECORRENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 5ª CJM. **RECORRIDO:** O Despacho do Exmª Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 5ª CJM, de 25/01/91, que declarou a Justiça Militar incompetente para processar e julgar o civil JUAZEU RIBEIRO DA SILVA. **-POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao recurso do MPM para manter o Despacho de fls 121/122. (O MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

**RECURSO CRIMINAL 5.972-0 - RJ** - Relator Ministro Aldo Fagundes. **RECORRENTES:** VALCIDES BARBOSA ARANTES, Sd FN, MARIA LUCIA MILHOMEM DE BRITO e VALTER BARBOSA ARANTES, civis, arguem exceção de incompetência do Juízo da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, para processá-los e julgá-los. Advª Drª Adelcy Maria Rocha Simões Correa. **- POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento ao recurso para, de ofício, declarar competente o Juízo da 9ª CJM, determinando a remessa dos autos a essa Auditoria para prosseguimento do feito.

- **RECURSO CRIMINAL 5.974-0 - SP** - Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. **RECORRENTE:** ANTONIO MARCOS FARIAS, Sd Ex. **RECORRIDO:** A Decisão do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª CJM, de 15/01/91, que julgou a Justiça Militar incompetente para julgar o recorrente. Adv Dr Octávio Duval Meyer e Barros. **- POR MAIORIA**, foi negado provimento ao recurso para manter a r. decisão hostilizada. O Ministro RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO dava provimento ao recurso para declarar competente o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª CJM, declarando que fará justificativa de voto. O Ministro ALDO FAGUNDES deu-se por impedido. (O MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

- **RECURSO CRIMINAL 5.977-1 - PR** - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. **RECORRENTE:** O Exmª Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 5ª CJM, de ofício. **RECORRIDO:** A Decisão do Exmª Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 5ª CJM, de 08/02/91, que concedeu reabilitação ao Ex Cap Aer JOSÉ DOS SANTOS MACHADO. Adv Dr Laerte Moacyr da Silva. **- POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao recurso, de ofício, para manter a decisão, que concedeu a reabilitação a JOSÉ DOS SANTOS MACHADO. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE). (NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO O MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES).

- **APELAÇÃO 45.976-6 - PR** - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** ALOIR PEREIRA DE ANDRADE, civil, condenado a três meses de detenção, incurso no artigo 318 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 23/01/90. Advs Drs Renato Grein, Tadeu Donizete Barbosa Rzniski, Regina Maria Reichmann e Edgar Leite dos Santos. **- POR UNANIMIDADE**, foram rejeitadas as preliminares suscitadas pela Defesa e, NO MÉRITO, negado provimento ao apelo para manter a Sentença recorrida. (OS MINISTROS ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES e ÉVERALDO DE OLIVEIRA REIS NÃO PARTICIPARAM DO JULGAMENTO). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE). Publicam-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regimento Interno do STM, as decisões relacionadas com os processos julgados na 12ª Sessão, em 13 do mês em curso:

- **APELAÇÃO 46.283-1 - RJ** - Relator Ministro Haroldo Erichsen da Fonseca. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** JOAQUIM MOTTA DE CARVALHO, 1ª Sgt Mar, condenado a quatro meses de prisão, incurso no art. 187, c/c o art 189, 2ª parte, ambos do CPM, com o direito de apelar em liberdade. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 30/10/90. Adv Drª Tania Sardenha Nascimento. **-POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo para manter a Sentença recorrida.

- **APELAÇÃO 45.807-7 - PE** - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 7ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 7ª CJM, de 01/08/89, que absolveu o Sd Ex MOA BE ANSELMO DA SILVA, do crime previsto no artigo 206 do CPM. Advs José mar Leal Santana e Anne Elizabeth Nunes de Oliveira. **- POR UNANIMIDADE**, foi anulado o processo a partir da Sentença, inclusive, proferida pelo CPJ da Auditoria da 7ª CJM, com base no art 500, inc I, do CPPM, remetendo-se os autos ao Juiz de Direito da Comarca de Jucurutu, no Estado de Pernambuco. (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE).

A Sessão foi encerrada às 18:50 horas.

#### Processos em mesa:

Apelação 46.268-8(LL/ST)1ª Mar proc 522/90-2 Advª Carmen L.A.Montesinos  
Apelação 46.236-8(LL/AF)Aud 12ª proc 1/90-5 Adv João T.Luchsinger  
Apelação 46.245-7(EG/LL)2ª Mar proc 16/89-4 Advª Tania S.Nascimento  
Apelação 46.271-6(LL/PC)2ª Mar proc 16/90-8 Advª Tania S.Nascimento  
Apelação 46.131-0(ER/ST)Aud 4ª proc 7/89-5 Advª Célia N.S.Fascheber  
Apelação 44.232-4(RA/AF)Adu 9ª proc 9/83-0 Adv Jorge A.Siufi  
Apelação 45.966-9(RA/ST)2ª Mar proc 8/89-1 Adv Alfredo A.G.e Palma  
Apelação 46.267-0(ER/AF)Aud 12ª proc 3/79-0 Adv João T.Luchsinger  
Apelação 46.277-7(LL/AN)2ª/2ª proc 506/90-6 Adv Paulo R.Godoy  
Apelação 46.292-9(LL/ST)Aud 5ª proc 4/90-8 Adv Edgar L. Santos  
Apelação 46.247-5(PC/ER)2ª Mar proc 10/90-0 Advª Tania S.Nascimento  
Apelação 46.231-7(RF/EG)1ª/3ª proc 11/89-0 Advª Nadja M.G.Rodrigues  
Apelação 46.276-1(ST/WL)2ª Ex proc 6/90-9 Advª Teresa S.Moreira  
Recurso Criminal 5.971-2(EG)Aud 5ª  
Apelação 46.253-8(ST/RA)3ª/1ª proc 3/90- Advs Ozivaldo Lopes/outra  
Apelação 46.230-0(JC/EG)1ª/2ª proc 503/90-9 Adv Arioaldo B.Cambrala  
Apelação 45.741-0(RA/AF)1ª Ex proc 29/88-9 Adv Elias R.Costa e outros  
Apelação 46.282-1(WL/EG)Aud 10ª proc 6/89-8 Adv Antonio J.P.Rosa  
Representação 1.066-8(RA) Aud 5ª  
Questão Administrativa 244-5(WL)- DF  
Apelação 46.233-6(GB/PC)Aud 7ª proc 03/90-8 Advª Ivone C.de Carvalho

SUELY MATTOS DE ALENCAR  
Secretária do Tribunal

#### ATA DA 9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Aos quinze dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e um, às quatorze horas, em audiência pública, realizada no Gabinete da Presidência, na presença de CARLOS ISRAEL SILVA, Diretor da Diretoria Judiciária, de ANTONIO ALVES CRISPIM, Supervisor da Seção de Processo Judiciário, de ERNESTO GUSTAVO SCHILD, Secretário-Geral da Presidência do STM, por S Exª o Alte Esq RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, foram distribuídos, por sorteio, os seguintes processos:

#### APELAÇÃO

046322-6-RJ - Apelante: AIRTON FERREIRA MONTENEGRO, Sd FN., condenado a 03 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 189, ambos do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 29.01.91. ADV: Dra Tania Sardenha Nascimento. RELATOR: Min Gen Ex Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. REVISOR: Min Dr Antonio Carlos de Seixas Telles.

046323-2-RJ - Apelantes: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a la. Auditoria da Aeronáutica da la. CJM e SÉRGIO LUIZ DA CONCEIÇÃO BARCELLOS, Sd. Aer., condenado a 1 mes e 22 dias de prisão, incurso no art 210 do CPM, com benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos. Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da la. Auditoria da Aeronáutica da la. CJM, de 24.01.1991. ADV: Dra Marilena da Silva Bittencourt. RELATOR: Min Alte Esq Luiz Leal Ferreira. REVISOR: Min Dr Antonio Carlos de Seixas Telles.

046324-0-PA - Apelante: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a Auditoria da 8a. CJM. Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8a. CJM, de 22.01.90, na parte em que absolveu o Sd. Aer WAGNER CORREA RAAD, do crime previsto no art 209, § 3º, do CPM. ADV: Dr Americo Leal. RELATOR: Min Dr Eduardo Pires Gonçalves. REVISOR: Min Alte Esq Roberto Andersen Cavalcanti.

046325-9-MS - Apelante: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, junto a Auditoria da 9a. CJM. Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 9a. CJM, de 18.02.91, que absolveu o 2. Sgt Mar GUTENBERG GLENNTE NOBRE, dos crimes previstos nos arts. 175 e 223, ambos do CPM. ADV: Dr Normandis Cardoso. RELATOR: Min Dr Aldo da Silva Fagundes. REVISOR: Min Ten Brig do Ar Jorge José de Carvalho.

#### EMBARGOS

046996-4-PE - Embargante: MARCOS ANTONIO NOGUEIRA DE LUNA, 3º. Sgt Mar. Embargado: O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 08.11.1990. ADV: Dra Rosinete de Lima e Silva Medeiros. RELATOR: Min Dr Aldo da Silva Fagundes. REVISOR: Min Alte Esq Roberto Andersen Cavalcanti.

#### HABEAS CORPUS

032722-3-DF - Paciente: WILLIAN DA COSTA TORRES, pede a concessão da ordem para que seja anulado o termo de insubmissão. Impetrante: Gen Div Francisco Rodrigues Fernandes Junior, Cmt Militar do Planalto. RELATOR: Min Dr Paulo César Cataldo.

#### RECURSO CRIMINAL

005979-8-PA - Recorrente: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a Auditoria da 8a. CJM. Recorrida: A Decisão do Exmª Sr Juiz-Auditor da Auditoria da 8a. CJM, de 22.02.91, que reformando decisão anterior de 16.01.1991, declarou a Justiça Militar competente para processar e julgar o Cel Ex ADOLPHO CLEODON RIBEIRO FRAZÃO e a Civil DIENE DE AZEVEDO COSTA RIBEIRO FRAZÃO. RELATOR: Min Gen Ex Wilberto Luiz Lima.

005980-1-SP - Recorrente: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a la. Auditoria da 2a. CJM. Recorrido: O Despacho do Exmª Sr Juiz-Auditor da la. Auditoria da 2a. CJM, de 05.02.1991, que declinou da competência da Justiça Militar, para processar e julgar o CB Ex IVANILDO LAURENTINO LIMA DA SILVA, determinando a Remessa dos autos à justiça comum. ADV: Dr Arioaldo Barioni Cambrala. RELATOR: Min Gen Ex Everaldo de Oliveira Reis.

005981-0-SP - Recorrente: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a la. Auditoria da 2a. CJM. Recorrida: A Decisão do Exmª Sr Juiz-Auditor da la. Auditoria da 2a. CJM, de 19.02.1991, que julgou extinta a punibilidade do MN. FRANCISCO CARLOS BERTOLATO DA SILVA, com base no art. 123, inciso II, do CPM, e arts. 6º, inciso III e 9º Parágrafo único do Dec. 99015/90 - Inculdo de Natal. RELATOR: Min Gen Ex Jorge Frederico Machado de Sant'Anna.

005982-8-RJ - Recorrente: O Exmª Sr Juiz-Auditor da 2a. Auditoria do Exército da la. CJM, de ofício. Recorrida: A Sentença do Exmª Sr Juiz-Auditor da 2a. Auditoria do Exército da la. CJM, de 20.02.1991, que concedeu a reabilitação ao civil HERBERT VIEIRA DE CAMPOS. ADV: Dr Herbert Vieira de Campos. RELATOR: Min Dr Paulo César Cataldo.

Às quatorze horas e vinte minutos, foi encerrada a distribuição.



**RETIFICAÇÃO**  
Na Ata da 3a. Audiência Pública de Distribuição de Processos, de 15.02.91:  
Onde se lê: REVISÃO CRIMINAL Nº 1.340-7-PE,  
Leia-se : REVISÃO CRIMINAL Nº 1.240-7-PE.

SUELY MATTOS DE ALENCAR  
Secretária do Tribunal

REVISTA CIENCIA JURIDICA - editada pela Editora Ciência Jurídica.	15
REVISTA JURISPRUDENCIA MINEIRA - editada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	16
REVISTA DE JULGADOS DO Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais.	17

MINISTRO COSTA LEITE

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 029 - PROCESSOS POSTOS EM MESA

- APELAÇÃO Nº 46.295-5 - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Advª Drª Eliane Ottoni de Luna Freire.  
- APELAÇÃO Nº 46.251-1 - Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Advª Drª Ivone Cerqueira de Carvalho.  
- APELAÇÃO Nº 46.212-0 - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro George Belham da Motta. Adv Dr Gilson da Silva Viana.

Editais e Avisos

Superior Tribunal de Justiça

Diretoria da Revista

EDITAL DE 25 DE MARÇO DE 1991

O SENHOR MINISTRO COSTA LEITE,  
DIRETOR DA REVISTA DO SUPERIOR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que se habilitaram e foram autorizados como repositórios oficiais da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na forma do disposto no Art. 128 e seguintes, do Regimento Interno do STJ, e da Instrução Normativa nº 01/89, do Ministro Diretor da Revista, os órgãos de divulgação especializados em matéria jurídica abaixo discriminados:

	Nº DE INSCRIÇÃO
LEX-JURISPRUDENCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - editada pela LEX EDITORA S/A.	01
REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO - editada pela Fundação Getúlio Vargas.	02
REVISTA LTr - editada pela LTr EDITORA LTDA.	03
JURISPRUDENCIA BRASILEIRA - editada pela JURUA EDITORA LTDA.	04
JULGADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - editada pela JURID VELLENIH LTDA.	05
REVISTA DE DOUTRINA E JURISPRUDENCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF e dos TERRITORIOS.	06
REVISTA DE JURISPRUDENCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL	07
REVISTA JURIDICA MINEIRA - editada pela Intertlivros de Minas Gerais LTDA.	08
REVISTA JURIDICA - editada pela Editora Síntese LTDA.	09
JULGADOS DO TRIBUNAL DE ALÇADA DO RIO GRANDE DO SUL.	10
REVISTA DE PROCESSO - editada pela Editora Revista dos Tribunais LTDA.	11
REVISTA DE DIREITO CIVIL - editada pela Editora Revista dos Tribunais LTDA.	12
REVISTA DOS TRIBUNAIS - editada pela Editora dos Tribunais LTDA.	13
REVISTA DE DIREITO PÚBLICO - editada pela Editora Revista dos Tribunais LTDA.	14

Tribunal Superior do Trabalho

Quinta Turma

EDITAL DE 22 DE MARÇO DE 1991.

De ordem do Exmº Sr. Ministro Orlando Teixeira da Costa, Presidente desta Egrégia Turma, comunico a todos quanto o presente EDITAL virem, ou dele conhecimento tiverem, que fica cancelada a pauta para o dia quatro de abril do ano em curso, publicada no Diário da Justiça, Parte I, página 2954, do dia 20 de corrente.

JORGE ALOISE  
Diretor da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

EDITAL DE CITAÇÃO

(Com prazo de 20 dias)

O Doutor ALFONSO MARTINEZ GALIANO, Juiz-Auditor da Auditoria da 8ª C.J.M. na forma da lei, etc.

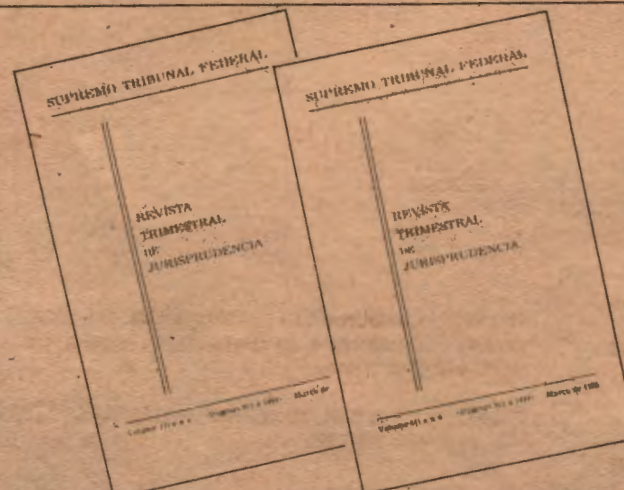
FAZ SABER aos que, o presente Edital de Citação com prazo de 20 (vinte) dias, em conformidade com o artigo 277, inciso V, do Código de Processo Penal Militar, virem ou dele tiverem conhecimento, que deverão comparecer sob as penas da Lei, à Auditoria da Oitava Circunscrição Judiciária Militar, sito à Avenida Governador José Malcher, nº 611 - Nazaré, nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, no dia 07 de maio vindouro, às 15:00 horas, perante o Conselho Permanente de Justiça do Exército, para os atos de qualificação e interrogatório. ROBERTO VIEIRA DOS SANTOS, brasileiro, soldado do Exército, natural de Heitorai-Go, solteiro, nascido em 08 de janeiro de 1970, filho de Luzia Vieira Pinto; e JENILSON LOPES DA SILVA, brasileiro, soldado do Exército, natural de Conceição da Barra-ES, solteiro, filho de Romualdo da Silva e de Neusa Lopes da Silva, nascido em 10 de junho de 1970, por ter sido recebida denúncia contra os mesmos, oferecida pela representante do Ministério Público Militar, junto a este Juízo, tendo-os como incurso, o primeiro, nas penas do artigo 180 § 1º do Código Penal Militar, e o segundo no artigo 178 do CPM, e por se encontrarem os aludidos Acusados em lugar incerto e não sabido. DADO E PASSADO nesta Auditoria da Oitava Circunscrição Judiciária Militar, aos dezoito dias do mês de março de mil novecentos e noventa e um. Eu, Drª. IRANILCE DIAS BASTOS, Diretora de Secretaria, que mandei datilografar e subscrevo. (Ass.) Dr. ALFONSO MARTINEZ GALIANO, Juiz-Auditor.

ALFONSO MARTINEZ GALIANO  
Juiz-Auditor

(DIAS: 25, 26 e 27/03/91)

REVISTA  
TRIMESTRAL DE  
JURISPRUDÊNCIA

Publicações mensais organizadas pelo  
Supremo Tribunal Federal



(Edições de 1989)

Vol. 127★	— Janeiro	— Cr\$ 230,00
Vol. 127★★	— Fevereiro	— Cr\$ 230,00
Vol. 127★★★	— Março	— Cr\$ 230,00
Vol. 128★	— Abril	— Cr\$ 520,00
Vol. 128★★	— Maio	— Cr\$ 520,00
Vol. 129★	— Julho	— Cr\$ 848,00